

43.º CONGRESSO NACIONAL DO PSD

PROPOSTA TEMÁTICA DO PSD ALGARVE

ALGARVE. REGIÃO PILOTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

**Proposta aprovada em sede de Assembleia Distrital de Faro, no dia 9 de maio de 2026,
em Olhão, por unanimidade.**

I. NOTA PRÉVIA: O TEMPO DA AÇÃO

Na última década muito mudou no Algarve. Depois de oito anos de governação socialista, em que a palavra dada foi sucessivamente sinónimo de promessa incumprida, os últimos dois anos de Governo da Aliança Democrática significaram um olhar atento e responsável sobre os problemas dos algarvios e o início da recuperação do tempo perdido.

Foram oito anos de apatia e conformismo. A falta de vontade ou a incapacidade em concretizar reformas estruturais na região levaram à acumulação de problemas em todas as áreas, nomeadamente na saúde, na mobilidade ou na gestão dos recursos hídricos. Fomos votados a um esquecimento ininterrupto, com o beneplácito de uma maioria de autarcas (também socialistas, por sinal) que trocaram a defesa dos interesses dos seus concidadãos junto do Governo pelo silêncio conivente.

Há reivindicações antigas para problemas estruturais que só agora, por iniciativa deste Governo, estão a ser tornadas realidade. O concurso público para o novo Hospital Central do Algarve, lançado em fevereiro de 2026, é o exemplo mais paradigmático: vinte anos depois da primeira promessa formal, a obra começa finalmente a sair do papel, com um investimento de 426,7 milhões de euros em regime de PPP. Outros exemplos merecem menção: a adjudicação da dessalinizadora em Albufeira e o início da sua construção; a viabilização do transvase do Pomarão; o plano de eficiência hídrica com mais de 360 milhões de euros de investimento; a eletrificação da Linha do Algarve, concluída em dezembro de 2025; as novas Unidades de Saúde Familiar que deverão começar atividade ainda este ano. Estas são decisões de fundo há muito reclamadas pelos algarvios e que merecem o nosso reconhecimento inequívoco.

O PSD/Algarve apoia o Governo da AD. Fá-lo com a consciência de que apoio e exigência não são incompatíveis. Pelo contrário: acreditamos que o Algarve vive hoje uma oportunidade única de definir o seu lugar na arquitetura do desenvolvimento nacional e no contexto das políticas públicas portuguesas.

A ideia central apresenta-se simples na formulação mas exigente na execução: o Algarve deve ser assumido como Região Piloto de Políticas Públicas. A região tem a escala, a concentração de desafios estruturais e a massa crítica científica, institucional e económica que a tornam adequada para testar reformas antes da sua aplicação universal, avaliar os seus efeitos com rigor e replicar as que se demonstrarem eficazes à escala nacional. Começar no Algarve a reformar Portugal.

Esta moção é a expressão dessa ambição. Não é uma lista de reivindicações, nem um inventário de infraestruturas em falta. É uma proposta de método para o Partido, para o Governo e para o país. Um método que parte do território que melhor conhecemos, usa os seus problemas como matéria-prima de soluções e oferece os seus resultados ao serviço de todos os portugueses.

O tempo que importa não é o do passado que se critica nem o do futuro que se promete. É o tempo presente, que exige decisão, execução e resultados verificáveis. É o tempo da ação. E é agora.

II. O ALGARVE EM 2026: TRANSFORMAR CRESCIMENTO EM DESENVOLVIMENTO - UM DIAGNÓSTICO NECESSÁRIO

O Algarve é hoje um dos mais notáveis paradoxos da geografia económica portuguesa, cuja análise não pode ser substituída por visões de êxito agregado. A região apresenta o segundo maior PIB per capita NUTS II, cerca de 30% das dormidas a nível nacional e um ciclo de crescimento ininterrupto, com exceção na pandemia. O número de novas empresas em setores de média e alta tecnologia na região triplicou entre 2018 e 2023, num total de 1 381 empresas, geradoras de quase 3 000 postos de trabalho e mais de 104 milhões de euros de VAB. O turismo atinge consecutivamente novos máximos.

No entanto, os indicadores de desenvolvimento social e as condições concretas de vida das populações não têm feito um caminho tão linear de melhoria. A dependência económica do turismo (que permanece a atividade dominante) gera sazonalidade estrutural no mercado de trabalho, com consequências diretas nos salários e nas condições de empregabilidade fora da época alta. O PIB per capita elevado tarda em traduzir-se em melhor qualidade de vida para a maioria da população residente, com a riqueza gerada a ter uma distribuição bastante assimétrica e que assim permanece apesar dos esforços de redistribuição.

Há um desalinhamento entre o crescimento económico e o desenvolvimento económico e social da região: o território cresce, mas os ganhos materiais desse crescimento não chegam a quem nele reside e trabalha.

Os cerca de 480 mil residentes permanentes transformam-se no pico do verão em mais de dois milhões de pessoas. A pressão sobre os serviços, as infraestruturas, a habitação, os recursos hídricos e a saúde multiplica-se de forma exponencial, sem que os modelos institucionais e regulatórios nacionais reflitam esta realidade.

A pressão imobiliária não tem paralelo. Os preços da habitação cresceram a um ritmo desenfreado nos últimos anos, transformando o Algarve num território onde os mais jovens não conseguem comprar casa e os trabalhadores dos serviços essenciais (professores, médicos, polícias ou enfermeiros) recusam colocações pela impossibilidade de se conseguirem fixar.

A escassez hídrica estrutural é vivida com especial dureza. Ainda que invernos de pluviosidade excecional o pareçam desmentir, as alterações climáticas, a sazonalidade do consumo e as perdas de uma rede envelhecida levar-nos-ão necessariamente a ter de confrontar o problema.

A economia de elevado dinamismo apresenta baixa produtividade e intensidade tecnológica. Os salários estão pressionados pela sazonalidade e uma dependência turística que se torna arriscada quando convertida em monocultura.

O interior sofre pelos sucessivos êxodos rurais enquanto a pressão no litoral aumenta. As aldeias do interior vão ficando progressivamente mais envelhecidas e o acesso aos serviços públicos e essenciais vai minguando.

O sucesso económico convive com o desalento, onde germinam os populismos cujos resultados eleitorais no Algarve não foram um acidente, mas um sinal. A acumulação de problemas não resolvidos levou nos últimos ciclos eleitorais a um fenómeno que o PSD/Algarve não pode ignorar: o crescimento significativo do voto em formações políticas populistas que se alimentam na descredibilização das instituições políticas e na simplificação dos desafios coletivos. Este fenómeno não é específico do Algarve (representa um desafio a todas as democracias europeias) mas por cá encontra condições particularmente propícias para se intensificar.

A resposta a estes fenómenos não pode ser retórica nem simbólica. É, essencialmente, de natureza política e executiva: decisões concretas, implementadas com eficácia, que produzam resultados verificáveis na vida das pessoas.

Por tudo isto, o PSD/Algarve reforça a importância da demonstração quotidiana de que a política funciona e que o Estado existe, na sua natureza essencial, para resolver os problemas dos cidadãos. Em particular, para que os problemas do Algarve possam ser uma oportunidade de resolução no futuro próximo.

III. UM PROBLEMA NACIONAL: PORTUGAL TEM DIFICULDADE EM REFORMAR-SE

É necessário situar esta moção num diagnóstico mais amplo. Tradicionalmente Portugal não tem padecido de falta de diagnósticos, de planos ou de estratégias setoriais. A dificuldade surge na execução. E essa dificuldade não decorre apenas da geometria parlamentar; decorre, sim, do próprio modelo institucional com que o Estado português constrói e implementa políticas públicas. Esse modelo padece de pelo menos cinco fragilidades estruturais.

Primeira, as políticas públicas são desenhadas de forma uniforme para todo o território nacional, com baixa adaptação às realidades regionais.

Segunda, é raríssimo o recurso a mecanismos formais de experimentação, teste e avaliação de políticas *ex ante*. Reformas mal desenhadas transformam-se, à escala nacional, em problemas de difícil reversão e geram custos políticos e económicos para os ajustamentos necessários.

Terceira, o Estado português continua excessivamente centralizado, com pouca capacidade de delegação e adaptação ao nível subnacional, sendo uma exceção europeia, num quadro em que praticamente todos os Estados-membros da União Europeia possuem nível regional de governação com competências reais.

Quarta, a cultura administrativa portuguesa é avessa ao risco e à inovação institucional. Reforma-se pouco, devagar, e quase sempre de forma simétrica e horizontal, em vez de se reformar de forma progressiva, testada e iterativa.

Quinta, a rapidez das transformações tecnológicas e sociais dificultou a capacidade de antecipação e resposta do Estado. A crescente especialização e fragmentação do conhecimento dificulta respostas integradas, num contexto em que a mudança ocorre a uma velocidade superior à capacidade tradicional de adaptação das instituições públicas.

O resultado é conhecido: Portugal acumula relatórios, planos, estratégias e diagnósticos, mas tarda em transformá-los em políticas que mudem efetivamente a vida das pessoas. E quando o faz é muitas vezes com atraso, em que os problemas iniciais já evoluíram em complexidade.

É este círculo vicioso que importa quebrar. E é o PSD que deve liderar essa quebra.

IV. PROPOSTA CENTRAL: O ALGARVE COMO REGIÃO PILOTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O PSD/Algarve propõe ao 43.º Congresso Nacional do PSD que o partido assuma, como bandeira política, a criação de um Regime Especial de Experimentação Territorial, definindo o Algarve como Região Piloto de Políticas Públicas.

Entendemos por Regime Especial de Experimentação Territorial um conjunto de mecanismos legais, institucionais e financeiros que permitem, num território geograficamente delimitado, testar reformas estruturais em contexto real, avaliar os seus efeitos com metodologia rigorosa, e tomar decisões fundamentadas quanto à sua replicação à escala nacional.

Trata-se de uma ideia simples na formulação e ambiciosa no alcance: usar a escala, a relevância económica, a concentração de desafios e a visibilidade nacional do Algarve como território piloto para testar, avaliar e calibrar reformas estruturais antes da sua replicação ao resto do país.

O Algarve é o território adequado para este propósito por razões objetivas e verificáveis. Tem escala suficiente para gerar evidência estatisticamente robusta: 480 mil residentes permanentes, 16 municípios, dois subsistemas territoriais distintos, interior e litoral. Concentra, de forma incomum no espaço nacional, um conjunto alargado de desafios estruturais coexistentes, que permite testar soluções integradas e não setorialmente fragmentadas. Tem peso económico e visibilidade nacional que amplificam a relevância dos resultados obtidos. Além do mais dispõe de um ecossistema regional de ciência e inovação com substância real e detém o estatuto de região em transição, com acesso a instrumentos financeiros diferenciados no quadro da política de coesão da União Europeia.

Importa sublinhar que o Algarve tem sido em muitos casos “pioneiro” na manifestação de muitos fenómenos económicos, sociais e culturais que mais tarde se disseminam pelo país. A forte exposição internacional da região, a centralidade do turismo, a intensa mobilidade populacional e a rápida transformação demográfica fazem do Algarve um território especialmente permeável à emergência e difusão dessas dinâmicas.

Prova disso foram os impactos económicos das várias crises globais, como a pandemia, particularmente agudos numa economia fortemente dependente do turismo. Ou a pressão crescente sobre o mercado da habitação, associada à *turistificação* e à reconfiguração do uso do território. Ou as alterações nos padrões de mobilidade e na perceção de segurança, marcadas por uma nova relação com o espaço, o tempo e a distância relativa.

Estas transformações têm tido igualmente expressão ao nível social e comunitário. A coesão familiar tradicional fragmenta-se, enquanto as redes de suporte social mais alargadas evidenciam sinais de erosão progressiva. Os níveis relativamente elevados de bem-estar material têm coexistido com um deterioramento do bem-estar social, comunitário ou emocional, abrindo espaço a sentimentos de frustração e desconfiança nas instituições.

Como tal, o Algarve é um território onde se torna possível construir, testar e validar respostas inovadoras com maior rapidez e clareza. A configuração económica, social e demográfica do Algarve torna a região particularmente apta para testar respostas inovadoras e antecipar desafios futuros.

O Algarve pode afirmar-se como uma região piloto para os desafios do século XXI: um espaço onde se desenham soluções para problemas emergentes, mas sobretudo novos paradigmas de desenvolvimento capazes de conciliar crescimento económico, coesão social e qualidade de vida.

Esta proposta não constitui uma reivindicação de tratamento de exceção, nem implica qualquer alteração ao quadro constitucional, respeitando os princípios da unidade do Estado, da igualdade e da coesão territorial consagrados na Constituição da República Portuguesa. Ao invés, é uma proposta de serviço ao interesse nacional: o Algarve propõe-se a ser o espaço onde aprende antes de se impor, onde se valida antes de se escalar.

V. AS PRIORIDADES DO PSD/ALGARVE

EIXO I. Algarve na Liderança

- › Turismo: uma aposta já vencedora
- › Saúde e Bem-Estar: antecipar para bem cuidar
- › Economia azul: afirmar a nossa vocação marítima
- › Descarbonização: o futuro é feito no presente

A estrutura económica de um dado território não pode ser ditada por decreto. Dela dependem fatores vários, nomeadamente a geografia, os recursos naturais, os equilíbrios dos mercados de procura e oferta, a mão de obra disponível, os custos de contexto, entre outros.

O final do séc. XX acelerou o que o séc. XXI não tardou em cristalizar: a especialização da economia do Algarve no turismo. Detínhamos então – como agora – um conjunto de condições que nos permitiu posicionar competitivamente: o clima ameno, a hospitalidade e uma linha de costa ímpar. A especialização que serviu de motor de desenvolvimento e convergência durante décadas tem vindo, no entanto, a revelar a vulnerabilidade da monocultura económica da região.

A nossa economia deve portanto apostar em paralelo noutros setores, para os quais temos a vocação natural, humana ou científica para ser competitiva em contexto nacional e internacional.

Propõe-se, por isso, uma estratégia de especialização inteligente assente em clusters estratégicos que aproveitem as nossas vantagens comparativas, transformando-as em vantagens competitivas globais. Nesta estratégia, o Algarve deve ser também território-piloto para a criação de Zonas de Especialização Tecnológica em domínios onde já reúne massa crítica científica e empresarial, desde a descarbonização à economia azul, articulando instrumentos nacionais e europeus de inovação com a realidade concreta da região.

Os quatro clusters que se desenvolvem de seguida não são temas independentes, são camadas de uma mesma estratégia. O turismo é o motor que financia e ancora o território. A saúde e longevidade é o diferenciador de valor que atrai população e talento. A economia azul é a fronteira de crescimento que amplia a base produtiva para além do turismo. A descarbonização é a condição necessária para a sustentabilidade de tudo o resto.

Turismo: uma aposta já vencedora

O turismo é, e continuará a ser, o principal ativo económico do Algarve. A maturidade do setor exige contudo uma mudança de paradigma: não se trata de crescer mais, mas de crescer melhor. O Algarve tem uma estrutura de oferta ainda insuficientemente diversificada, uma dependência excessiva dos meses de verão e um nível de qualificação que não acompanha o posicionamento internacional que ambicionamos. O desafio é qualitativo, estratégico e estrutural.

O PSD/Algarve defende a adoção de uma estratégia de turismo sustentável e de vocação anual, assente em metas claras e mensuráveis. Reduzir o peso relativo dos meses de verão no total

anual de dormidas e aumentar a captação de mercados emissores extraeuropeus, designadamente da Ásia e das Américas, são objetivos que devem orientar a ação pública e privada.

A diversificação da oferta turística constitui o segundo eixo fundamental desta estratégia. O Algarve deve afirmar-se como destino integrado, capaz de oferecer experiências diferenciadas ao longo de todo o ano: turismo cultural, de natureza, gastronómico, náutico, de bem-estar e saúde, residencial sénior e de longa duração, turismo criativo e eventos desportivos de dimensão internacional. Esta diversificação reforça a resiliência económica da região e valoriza o território no seu conjunto.

Nenhuma estratégia será bem-sucedida sem uma aposta decisiva na qualificação dos recursos humanos. Propomos uma reforma profunda da formação profissional ligada ao turismo, colocando a Escola de Hotelaria e Turismo do Algarve na vanguarda nacional. É necessário alinhar os currículos com as exigências de um turismo de excelência, incorporar competências digitais e linguísticas avançadas e dignificar as carreiras do setor, tornando-o mais atrativo para as novas gerações. A oferta formativa deverá ter em conta as pressões migratórias, em particular nos Cursos de Especialização Tecnológica, e garantir uma formação bilingue de conversão profissional, destinado a imigrantes sem experiência prévia na área da hospitalidade e turismo.

Importa, igualmente, atualizar os instrumentos de gestão territorial turística. Os atuais enquadramentos (PROT Algarve e regimes urbanísticos associados) refletem uma realidade ultrapassada e carecem de revisão profunda para responder aos desafios contemporâneos. A modernização destes instrumentos permitirá conciliar crescimento com sustentabilidade, garantindo previsibilidade aos investidores e proteção efetiva dos recursos naturais.

Por fim, o turismo náutico e de cruzeiros deve assumir um papel central na estratégia regional. A concretização do Porto de Cruzeiros de Portimão, com a realização das dragagens, o alargamento da bacia de manobra e a extensão do cais, não pode continuar adiada. Trata-se de uma decisão estruturante para posicionar o Algarve nas rotas internacionais de cruzeiros de maior dimensão e para potenciar uma fileira com elevado impacto económico.

Saúde e Bem-Estar: antecipar para bem cuidar

A transformação do sistema de saúde no Algarve deve ser encarada como uma oportunidade estratégica e não apenas como uma resposta a carências históricas. Na senda da construção do novo Hospital Central do Algarve importa construir um modelo inovador, capaz de colocar a região na linha da frente da prestação de cuidados e da economia da saúde. O Algarve tem as condições necessárias para se afirmar enquanto “Longevity & Wellness Valley”, onde o serviço público de saúde se articula com a ciência, a inovação e os ativos naturais únicos da região.

No plano da prestação de cuidados, é fundamental promover uma modernização estrutural que tenha no novo Hospital Central do Algarve o seu elemento catalisador. Esta infraestrutura deve nascer orientada para a era digital, integrando inteligência artificial clínica, telemedicina avançada e modelos de hospitalização domiciliária. Em paralelo, o Algarve deve liderar a implementação do maior projeto nacional de telemedicina especializada, funcionando como região de referência para soluções escaláveis que permitam mitigar assimetrias territoriais e responder à pressão sazonal.

A resposta nos cuidados de saúde primários exige igualmente uma ação determinada. A aceleração das novas Unidades de Saúde Familiar, com especial enfoque no modelo C e em

parcerias público-sociais, deve ser orientada por uma meta clara: reduzir drasticamente o número de algarvios sem médico de família. Esta prioridade é condição essencial para garantir equidade no acesso e eficiência no sistema.

A criação do Centro Oncológico do Algarve, como referência na integração de cuidados, e o desenvolvimento de uma nova abordagem de saúde mental comunitária são peças fundamentais desta estratégia. Num território marcado por forte dinâmica demográfica e diversidade cultural, a proximidade, a prevenção e a articulação entre serviços devem assumir um papel central.

A consolidação deste cluster exige no plano da formação científica uma decisão estruturante: a criação de um curso de 1.º ciclo em Medicina na Universidade do Algarve. O argumento não é apenas de proximidade geográfica, é estratégico. Uma região que ambiciona ser polo europeu de longevidade, bem-estar e investigação biomédica não pode continuar a depender exclusivamente de médicos formados noutros territórios e que frequentemente recusam colocação por não conseguirem fixar-se. A formação local cria raízes. O curso de Medicina na Universidade do Algarve é uma decisão de política de saúde e de desenvolvimento regional.

Complementarmente, o desenvolvimento do cluster Algarve Health & Longevity permitirá posicionar a região como polo internacional de conhecimento e inovação. A articulação entre a Universidade do Algarve, o novo Hospital Central e centros de investigação internacionais deve concentrar-se em áreas como a medicina de precisão, a biogerontologia e o envelhecimento saudável.

A ligação ao setor do mar, através da produção de nutracêuticos e cosméticos de base marinha, reforça a coerência desta visão integrada. O Algarve pode assim transformar-se numa região exportadora de conhecimento, inovação e valor económico no domínio do bem-estar e da longevidade.

Economia azul: afirmar a nossa vocação marítima

A economia azul representa uma das mais promissoras oportunidades de transformação estrutural da economia algarvia. O Algarve reúne condições objetivas para se afirmar, à escala europeia, como uma das principais referências em economia azul e biotecnologia marinha. O Centro de Ciências do Mar (CCMAR), da Universidade do Algarve, é reconhecido internacionalmente como uma das mais relevantes unidades de investigação marinha da Península Ibérica. O S2AQUAcoLAB (Laboratório Colaborativo em Aquacultura Sustentável e Inteligente) está sediado na região. O Hub Azul de Olhão, cuja conclusão está prevista para junho de 2026, será uma infraestrutura de referência para a biotecnologia marinha, biologia molecular, bioprospeção para a indústria cosmética e farmacêutica, e incubação de empresas do mar. Portugal conta já com o "Pacto da Bioeconomia Azul", com consórcio alargado de entidades, e o sector da biotecnologia marinha está estimado em 200 mil milhões de euros a nível global em 2030. O Algarve não pode ficar fora desta trajetória.

Há portanto o trabalho de base que nos permita avançar com um cluster integrado de economia azul, capaz de articular os principais polos regionais (Faro, Olhão e Portimão) numa lógica de complementaridade e especialização. Esta rede deve congrega investigação científica, desenvolvimento tecnológico, produção industrial e serviços, com uma ambição clara de posicionamento internacional.

No plano industrial, importa desenvolver capacidade em biotecnologia marinha, explorando áreas de elevado valor acrescentado como a produção de algas para aplicações farmacêuticas e cosméticas, a aquacultura multitrófica offshore suportada por tecnologia avançada e inteligência artificial, e a produção de proteínas alternativas, colagénio marinho e bioplásticos.

A concretização do Porto de Cruzeiros de Portimão é uma decisão crítica. A sua viabilização financeira e execução em prazo definido são essenciais para afirmar o Algarve como hub relevante no mercado internacional de cruzeiros e para potenciar o turismo náutico sustentável.

A articulação com o Fórum Oceano e com programas europeus como o Horizonte Europa ou a missão “Restore our Ocean” será determinante para garantir financiamento, visibilidade e integração em redes de excelência. O Algarve deve posicionar-se não apenas como beneficiário, mas como protagonista nas políticas europeias para o mar.

Descarbonização: o futuro é feito no presente

A transição climática constitui simultaneamente um imperativo global e uma oportunidade estratégica para o Algarve. A região reúne condições excecionais para se afirmar como líder europeia na descarbonização, tirando partido da sua elevada exposição solar, dos seus recursos naturais e da sua capacidade de inovação. A ambição tem de ser clara: tornar o Algarve a primeira grande região turística mundial com balanço de carbono negativo.

Para alcançar este objetivo, é necessário implementar uma estratégia integrada que combine soluções baseadas na natureza com tecnologias de vanguarda. A reflorestação com espécies autóctones, a promoção da agricultura regenerativa e o desenvolvimento de soluções de captura de carbono, nomeadamente através de algas, devem ser pilares desta abordagem.

A criação de um mercado regional de créditos de carbono permitirá alinhar incentivos económicos com objetivos ambientais, mobilizando o setor privado para a transição verde. Este mecanismo deve assentar numa governação independente e numa regulação rigorosa, garantindo credibilidade e transparência.

O Algarve deve ainda assumir-se como *sandbox* regulatório, testando modelos simplificados de licenciamento para projetos de baixo impacto energético e ambiental.

A aposta nas Comunidades de Energia Renovável, na eletrificação da mobilidade (incluindo o transporte marítimo) e na certificação ambiental de empreendimentos turísticos são igualmente fundamentais. Projetos de agrovoltáica e solar flutuante permitirão maximizar a eficiência do uso do solo e contribuir para a gestão sustentável dos recursos hídricos.

Mais do que cumprir metas, o Algarve deve liderar pelo exemplo. A transição verde não é apenas uma obrigação, é uma oportunidade para reforçar a competitividade, atrair investimento e afirmar a região como referência global em sustentabilidade.

EIXO II. VIVER NO ALGARVE: HABITAÇÃO, SEGURANÇA E COESÃO SOCIAL

- › Habitação: Um Regime Especial para Zonas de Pressão Extrema
- › Segurança Pública: Proximidade e Estabilidade
- › Coesão Social e Territorial: integrar, equilibrar e aproximar

O sucesso económico do Algarve não pode ter na precariedade das condições de vida de quem o assegura o seu garante. Vivemos um paradoxo intolerável: a região que mais contribui para o PIB turístico nacional é a mesma onde os profissionais essenciais não conseguem fixar-se por falta de habitação e onde a perceção de insegurança cresce à medida que o Estado recua.

O "Custo Algarve" - o desfasamento entre os salários e o custo de vida, agravado pela pressão imobiliária e pela sazonalidade - tornou-se o maior bloqueio ao desenvolvimento regional. Sem habitação acessível, não há médicos; sem segurança, não há turismo de qualidade; sem uma integração digna de imigrantes, não há paz social nem sustentabilidade económica. O Algarve pode ser a região piloto para uma nova geração de políticas de proximidade que protejam quem aqui vive e trabalha.

Habitação: Um Regime Especial para Zonas de Pressão Extrema

A habitação constitui, hoje, um dos principais fatores de estrangulamento ao desenvolvimento equilibrado do Algarve. O mercado habitacional regional encontra-se sujeito a uma pressão extrema, resultante da convergência de dinâmicas internas e externas que distorcem profundamente a relação entre oferta e procura. A valorização imobiliária impulsionada pela procura turística e por não residentes, a insuficiência crónica de oferta de arrendamento acessível, a pressão do alojamento local e a limitada capacidade de resposta dos instrumentos urbanísticos criaram um mercado disfuncional, desligado dos rendimentos da população residente.

As consequências desta realidade são já visíveis e estruturais. A dificuldade de fixação de profissionais essenciais (professores, médicos, forças de segurança) compromete o funcionamento dos serviços públicos. Os jovens algarvios enfrentam barreiras quase intransponíveis no acesso à habitação própria, forçando a sua saída da região. Trabalhadores fundamentais para o setor turístico vivem, em muitos casos, em condições precárias e instáveis, assistindo-se ao reaparecimento de habitação informal, sobreocupação e bairros de lata associados à incapacidade de resposta do mercado habitacional regional. A crise da habitação é hoje uma ameaça direta à coesão territorial e à sustentabilidade do modelo económico regional.

Como tal, defendemos a criação de um regime especial para zonas de pressão habitacional extrema, assumindo o Algarve como território-piloto para soluções inovadoras e ajustadas à sua realidade. A implementação de um Estatuto do Trabalhador de Serviço Público em Zonas de Pressão, materializado num Plano Regional de Habitação para Profissionais Essenciais, permitirá assegurar a disponibilização de habitação a custos controlados e “casas de função”, recorrendo, sempre que necessário, à mobilização de património público e à utilização dos instrumentos previstos na nova Lei dos Solos.

Em paralelo, o Algarve deve posicionar-se na vanguarda da construção modular industrializada, lançando o primeiro programa nacional nesta área. Países como a Suécia, a Holanda e o Reino Unido utilizam há décadas soluções de construção modular industrializada de elevada qualidade, com prazos de execução entre 40 e 60% inferiores aos da construção tradicional e custos significativamente mais competitivos. A adaptação deste modelo à realidade jurídica, urbanística e climática do Algarve, incluindo a criação de um regulamento técnico regional específico e de

uma linha de financiamento público-privada, permitirá reduzir significativamente os prazos e os custos de construção, criando um paradigma que, uma vez testado e ajustado na região, poderá ser proposto como modelo nacional.

Importa igualmente promover novas respostas habitacionais adaptadas às transformações demográficas e sociais da região. O envelhecimento da população, o aumento do isolamento e a inexistência de uma rede familiar de apoio exigem soluções inovadoras de habitação colaborativa e assistida. A criação de programas de residências partilhadas e modelos de coabitação sénior asseguram autonomia, proximidade comunitária e acesso a serviços de apoio, combatendo a solidão e a exclusão social. Estas soluções poderão também servir como resposta complementar para trabalhadores deslocados e jovens em início de vida ativa, promovendo modelos habitacionais mais acessíveis e sustentáveis.

Segurança Pública: Proximidade e Estabilidade

A segurança pública é um pilar essencial da qualidade de vida e da confiança nas instituições. No Algarve, esta questão assume particular relevância devido à forte pressão demográfica sazonal, que altera significativamente o equilíbrio entre meios disponíveis e necessidades efetivas. A perceção de insegurança, especialmente nos concelhos do litoral durante os meses de maior afluência, tem vindo a crescer e não pode ser ignorada.

Esta perceção encontra respaldo em fatores objetivos: a pressão sobre os efetivos policiais é desproporcionada face aos meios existentes; fenómenos como o tráfico de estupefacientes, a criminalidade económica e a exploração de imigrantes em situação irregular apresentam sinais de agravamento; e a visibilidade das forças de segurança nem sempre acompanha as necessidades do território, em particular fora da época alta.

Neste sentido, defendemos uma resposta estruturada, assente na estabilidade dos efetivos, na prevenção e na coordenação institucional. A criação de um Plano Regional de Fixação de Efetivos, articulado com as políticas de habitação, é condição indispensável para combater a rotatividade crónica nas forças de segurança e garantir uma presença permanente, conhecedora do território e próxima das populações.

A gestão da pressão sazonal deve deixar de assentar em soluções improvisadas. Propomos a implementação de um Plano Algarve Seguro de Verão, preparado com meses de antecedência, que assegure o reforço coordenado de meios e a articulação entre PSP, GNR, INEM, Proteção Civil e autarquias. Esta abordagem permitirá substituir a resposta reativa por um modelo previsível, eficiente e planeado.

Importa, igualmente, reforçar a ação coordenada entre as diferentes entidades com competências na área da segurança e fiscalização (PSP, GNR, Polícia Judiciária, Autoridade Tributária e ACT) no combate às formas mais estruturantes de criminalidade na região. Paralelamente, o investimento em policiamento de proximidade e em tecnologia, nomeadamente através da expansão de sistemas de videovigilância inteligente, deve contribuir para aumentar a capacidade preventiva e a confiança dos cidadãos.

O Algarve pode ainda afirmar-se como espaço de cooperação transfronteiriça inovadora, através do desenvolvimento de mecanismos de cooperação operacional com a Andaluzia, potenciando a partilha de informação e a resposta conjunta a fenómenos de criminalidade organizada.

Coesão Social e Territorial: integrar, equilibrar e aproximar

A coesão social e territorial assume-se como condição indispensável para o desenvolvimento sustentável do Algarve. Numa região marcada por forte dinamismo económico e crescimento populacional, coexistem, no entanto, assimetrias profundas, desafios de integração e desequilíbrios territoriais que exigem uma resposta estratégica integrada.

A integração de imigrantes assume, neste contexto, uma prioridade central. O Algarve é hoje um território de atração para milhares de trabalhadores estrangeiros, cujo contributo é essencial para o funcionamento de vários setores da economia. No entanto, continuamos a falhar naquilo que é decisivo: transformar presença em integração plena. A política de integração ativa deve assentar em três pilares fundamentais: a aprendizagem acelerada da língua portuguesa como condição de inclusão, programas de capacitação profissional ajustados às necessidades reais da economia regional e percursos de integração comunitária que promovam participação cívica e coesão social.

O combate à exploração laboral deve constituir uma prioridade inequívoca. O reforço da fiscalização coordenada entre a ACT e as forças de segurança é essencial para erradicar práticas que atentam contra a dignidade humana, fragilizam a coesão social e prejudicam a imagem internacional da região.

Paralelamente, a valorização do interior algarvio exige uma política ativa de discriminação positiva. A fixação de população nos territórios de baixa densidade deve ser incentivada através de mecanismos fiscais e de apoio direto às famílias, garantindo que viver no interior não significa abdicar de direitos ou de acesso a serviços públicos de qualidade. A aposta em modelos de serviços itinerantes e digitais - na saúde, na educação e na justiça - permitirá assegurar uma cobertura efetiva de todo o território, reduzindo assimetrias e reforçando a coesão. Viver no interior não pode significar viver longe das oportunidades.

A sustentabilidade do Algarve dependerá, em última análise, da sua capacidade de integrar quem chega, de reter quem cá vive e de equilibrar o desenvolvimento entre o litoral e o interior. Esta é uma agenda exigente, mas absolutamente central para o futuro da região e para a credibilidade das políticas públicas.

O Algarve deve igualmente afirmar-se como região piloto da inclusão, desenvolvendo um modelo integrado de apoio à pessoa com deficiência e às necessidades educativas especiais, articulando escolas, famílias, autarquias, serviços de saúde e terapeutas. O reforço das acessibilidades, dos recursos humanos especializados e das respostas terapêuticas deve ser entendido como um indicador essencial da qualidade do Estado social e da dignidade das políticas públicas.

O desenvolvimento turístico e urbano do Algarve deve ser compatível com a preservação da identidade cultural e paisagística da região. A proteção da arquitetura tradicional, da gastronomia, da paisagem, do património histórico e das zonas ambientalmente sensíveis deve constituir um eixo central das políticas de ordenamento e qualificação territorial.

EIXO III. ECONOMIA DO CONHECIMENTO: QUALIFICAÇÃO, TECNOLOGIA E MOBILIDADE

- › Educação e Qualificação: a base da transformação
- › Mobilidade Inteligente e Conetividade: ligar o território, ligar o mundo
- › Recursos estratégicos: água e resíduos como fatores de competitividade
- › Diversificação, inovação e fundos europeus: investir com estratégia

A prosperidade futura do Algarve dependerá, em larga medida, da capacidade de romper com o atual padrão de baixa produtividade e de criar condições para uma economia mais intensiva em conhecimento, tecnologia e inovação. Sem essa transformação estrutural, não será possível aumentar de forma sustentada os salários, fixar talento jovem ou reduzir a vulnerabilidade associada à especialização excessiva em atividades de menor valor acrescentado.

O Algarve dispõe, neste momento, de uma oportunidade singular. A combinação entre qualidade de vida, conectividade global e transição digital cria condições para atrair talento qualificado, empresas tecnológicas e centros de investigação. No entanto, esta ambição não se concretizará por inércia. Exige uma intervenção deliberada nas áreas críticas do sistema: qualificações, ciência, mobilidade e utilização estratégica dos recursos financeiros disponíveis. Tal como defendido ao longo desta moção, o Algarve deve assumir-se como região-piloto para testar soluções inovadoras nestes domínios, com capacidade de posterior replicação nacional.

Educação e Qualificação: a base da transformação

A transformação estrutural do Algarve começa na educação. Uma região que se propõe ser território-piloto de políticas públicas deve colocar a escola no centro da qualificação, da mobilidade social, da inovação e da coesão territorial.

A fragilidade das qualificações continua a limitar o desenvolvimento regional. O abandono escolar, a reduzida participação no ensino superior, a dificuldade de fixação de professores, a insuficiente valorização do ensino profissional e os desafios da inclusão demonstram que a educação deve assumir um lugar mais central na estratégia do Algarve. O PSD/Algarve defende, por isso, que a região seja também espaço de experimentação educativa, testando soluções ajustadas à sua realidade e com potencial de replicação nacional.

A primeira prioridade é a fixação de professores. O custo da habitação e as especificidades do território dificultam a atração e retenção de docentes, comprometendo a estabilidade educativa. Defendemos a criação de um regime especial de fixação docente, articulando incentivos à colocação, apoio à habitação e mecanismos de integração profissional.

A redução do abandono escolar deve assumir-se como prioridade política, através da intervenção precoce nos primeiros anos de escolaridade, robustecendo o apoio psicológico, a mentoria, a mediação familiar, a ação social escolar. É igualmente essencial reforçar a rede pré-escolar, requalificar equipamentos e valorizar a monodocência, pela sua exigência e especificidade.

No domínio da inclusão, o Algarve deve garantir que nenhuma criança vê diminuídas as suas oportunidades em função do local onde vive. Importa reconhecer o trabalho desenvolvido pelos Centros de Recursos para a Inclusão, designadamente através da APPC Algarve, mas o reforço dos recursos especializados e da cobertura territorial das respostas deve constituir uma prioridade regional.

A valorização do ensino profissional é outro pilar desta estratégia. O ensino profissional e os Cursos Técnicos Superiores Profissionais devem afirmar-se como percursos de excelência e de

mobilidade social, articulando escolas, empresas, autarquias, Universidade do Algarve e IEFP, em áreas estratégicas como o digital, o mar, a saúde e a economia verde.

A escola deve ainda preparar os jovens para os desafios da sociedade digital, promovendo competências científicas, tecnológicas e de literacia da informação e reforçando a aposta em áreas STEAM. A Universidade do Algarve deve afirmar-se como âncora científica e pedagógica da estratégia regional, consolidando o curso de Medicina e reforçando a articulação entre educação, ciência e tecido económico. Em paralelo, a Escola de Hotelaria e Turismo do Algarve deve evoluir como polo de inovação e digitalização do setor.

A educação não é apenas mais uma política setorial. É a condição de todas as outras. Fazer do Algarve uma região piloto na educação significa colocar a qualificação, o conhecimento e a igualdade de oportunidades no centro da transformação regional.

Mobilidade Inteligente e Conetividade: ligar o território, ligar o mundo

Para a economia do conhecimento é necessário existir mobilidade eficiente. A capacidade de atrair investimento, talento e inovação depende, de forma direta, da qualidade das infraestruturas de transporte e da articulação entre os diferentes polos do território.

Apesar dos avanços recentes, nomeadamente a eletrificação da Linha do Algarve, persistem limitações estruturais que comprometem a coesão regional e a competitividade externa. A rede ferroviária continua insuficientemente integrada com os principais pontos de procura, a ligação internacional ao sul de Espanha permanece por concretizar e o interior mantém-se dependente de soluções de mobilidade pouco eficientes.

Propomos uma abordagem integrada, assente na inovação e na escala regional. A criação de um sistema de Mobility-as-a-Service (MaaS), com um passe único algarvio que integre ferrovia, transporte rodoviário, ligações marítimas e soluções flexíveis de mobilidade, permitirá simplificar a experiência do utilizador e aumentar a eficiência do sistema.

No plano das infraestruturas estratégicas, é imperativo garantir a inclusão do Algarve nas grandes redes de conectividade nacional e europeia. A ligação ferroviária de alta velocidade a Lisboa, a concretização do corredor Faro–Huelva–Sevilha, a ligação ferroviária ao Aeroporto de Faro e a ligação Faro-Beja devem ser tratadas como prioridades estruturais, e não como reivindicações regionais. Em paralelo, a resolução dos bloqueios existentes, como a requalificação da EN125 no Sotavento, é essencial para assegurar a coesão do território.

Para o interior, impõe-se uma mudança de paradigma: substituir modelos rígidos e pouco eficientes por soluções de mobilidade a pedido (*mobility on demand*), ajustadas à realidade de baixa densidade, garantindo acesso efetivo aos serviços e às oportunidades económicas.

Recursos estratégicos: água e resíduos como fatores de competitividade

A gestão eficiente dos recursos naturais é hoje um elemento central da competitividade económica. No Algarve, a água e os resíduos deixaram de ser apenas questões ambientais para se afirmarem como condicionantes estruturais do desenvolvimento.

No domínio da água, importa consolidar e executar com rigor os investimentos já decididos (da dessalinizadora ao transvase do Pomarão), garantindo transparência e cumprimento de prazos. Mas o desafio vai além da infraestrutura: exige inovação, eficiência e mudança de comportamentos.

Um Centro Nacional de Inovação em Gestão Hídrica na região poderá posicionar o Algarve como referência nacional e internacional neste domínio. A aposta na reutilização de águas residuais tratadas, na modernização das redes de distribuição e na promoção de soluções descentralizadas de retenção e aproveitamento de água deve ser acompanhada por um esforço consistente de literacia hídrica dirigido a todos os utilizadores.

No que respeita à gestão de resíduos, a situação atual exige uma resposta urgente e estrutural. A elevada dependência de aterro e a proximidade do esgotamento da capacidade instalada colocam a região num risco iminente. Defendemos a implementação de um Plano de Emergência Regional para Resíduos, com decisões claras sobre infraestruturas, financiamento e governação.

A criação de uma unidade de valorização energética de resíduos para o sul do país é uma decisão inadiável, e o Algarve deve liderar a sua concretização. A região enfrenta um risco iminente de esgotamento da capacidade de aterro existente, num contexto em que as exigências europeias de desvio de resíduos de aterro se tornam progressivamente mais exigentes. A unidade a criar, preferencialmente em modelo de parceria público-privada e com localização a definir com base em critérios técnicos, ambientais e de acessibilidade logística, deve servir o conjunto do sul do país, gerando escala suficiente para viabilidade económica.

Paralelamente, a capacitação da escala intermunicipal, através do reforço do papel da AMAL, e a implementação de políticas de economia circular, incluindo sistemas PAYT (*pay-as-you-throw*) e programas intensivos de separação na origem, permitirão reduzir a pressão sobre os sistemas existentes e promover uma mudança estrutural no modelo de gestão.

Diversificação, inovação e fundos europeus: investir com estratégia

O Algarve dispõe, no atual quadro comunitário, de um volume de financiamento sem precedentes. A utilização destes recursos determinará, em larga medida, a capacidade de concretizar a transição para uma economia mais diversificada e resiliente. O risco não está na escassez de fundos, está na sua dispersão.

O Programa Algarve 2030 deverá ser orientado para o investimento em áreas com elevado potencial transformador: biotecnologia marinha, agroindústria de valor acrescentado, indústrias criativas e economia digital. Esta concentração permitirá gerar massa crítica, atrair investimento privado e criar cadeias de valor sustentáveis.

A valorização do interior deve assumir um papel central nesta estratégia. A criação de regimes fiscais experimentais para a fixação de empresas tecnológicas, científicas e criativas em territórios de baixa densidade permitirá testar soluções de desenvolvimento equilibrado, com potencial de replicação noutras regiões do país.

Simultaneamente, importa consolidar e expandir as infraestruturas de inovação já existentes, como o Algarve Tech Hub, os polos de inovação digital e o Hub Azul, transformando-as em verdadeiros motores de uma nova economia regional.

Por fim, a valorização dos setores tradicionais deve ser integrada nesta lógica de inovação. A agricultura de qualidade, dos citrinos ao medronho, do vinho ao sal, dos bivalves ao mel, deve apostar na certificação, na diferenciação e na internacionalização digital, reforçando a sua competitividade e ligação ao território.

EIXO IV. O ALGARVE QUE DECIDE: GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E REGIONALIZAÇÃO

A concretização dos eixos anteriores depende de uma condição estrutural que não pode continuar a ser ignorada: a capacidade de decisão. Sem poder de decisão efetivo ao nível regional, qualquer estratégia ficará limitada pela distância entre quem define e quem executa.

O modelo centralista de governação tem revelado, ao longo de décadas, uma incapacidade persistente para responder às especificidades do Algarve. Políticas desenhadas de forma uniforme, a partir de uma lógica administrativa distante da realidade territorial, falham na adaptação à sazonalidade, à pressão demográfica e à estrutura económica da região. O resultado é conhecido: atraso na execução, ineficiência na aplicação de recursos e incapacidade de antecipar problemas.

O PSD/Algarve defende uma mudança clara de paradigma, assente em dois níveis de descentralização complementares.

No plano nacional, o partido deve assumir, com clareza e sem hesitações, a liderança do debate sobre a regionalização administrativa em Portugal como resposta concreta às falhas do modelo atual. O Algarve, pela sua homogeneidade geográfica, económica e cultural, é o território onde os benefícios de regiões com competências reais, órgãos democraticamente eleitos e autonomia financeira efetiva seriam mais imediatos e evidentes. Até à concretização do processo de regionalização administrativa previsto constitucionalmente, deve ser promovido um regime transitório de reforço da coordenação regional entre CCDR Algarve, AMAL e municípios.

No plano local, o reforço das autarquias exige rigor: a descentralização de competências deve ser acompanhada pelos recursos financeiros e técnicos necessários à sua execução. Para os problemas que extravasam os limites de cada município, como a gestão da água, dos resíduos, da mobilidade, a AMAL deve ter competências e meios à altura dessa responsabilidade. O reforço da escala regional deve respeitar os princípios da subsidiariedade, da solidariedade territorial e da correção de assimetrias entre municípios do litoral e do interior algarvio.

O Algarve deve participar ativamente na definição das políticas públicas nacionais que impactam o seu território. Esta é, em última análise, uma questão de eficácia do Estado. E é o PSD que deve liderar a mudança.

VI. COMPROMISSO POLÍTICO

A presente moção parte de uma ideia simples, mas transformadora: o Algarve tem hoje condições únicas para deixar de ser visto como um território de problemas acumulados e afirmar-se como um território de soluções testadas, ao serviço do desenvolvimento de Portugal.

Assumir o Algarve como Região Piloto de Políticas Públicas é, acima de tudo, uma escolha de método. Significa desenhar políticas com base em evidência, testar reformas antes de as generalizar e aproximar a decisão de quem conhece o território. Significa também dotar o Estado português de uma capacidade de inovação governativa que historicamente tem faltado: experimentar, avaliar, corrigir e só depois escalar.

Desta abordagem resultam ganhos concretos:

- Políticas mais eficazes: reformas ajustadas à realidade regional antes da aplicação nacional reduzem custos de reversão e aumentam a taxa de sucesso na implementação;
- Menos risco político: testar antes de escalar diminui a exposição a falhas de grande visibilidade e permite correções com menor custo;
- Melhor Estado: um Estado que aprende com a experimentação desenvolve capacidade administrativa que o modelo uniforme e centralizado sistematicamente impede;
- Reposicionamento do Algarve: de região frequentemente reivindicativa para região que contribui ativamente com soluções testadas para os desafios nacionais.

O PSD/Algarve apoia o Governo da Aliança Democrática. Reconhece o caminho feito em dois anos, após um longo período de adiamento e imobilismo. Mas entende que apoiar não é abdicar de exigir: é exigir melhor, com propostas, com responsabilidade e com sentido de futuro.

Façamos do Algarve o território onde Portugal começa a reformar-se. Um território onde se testa antes de impor, onde se avalia antes de expandir e onde se decide com base no conhecimento e não na inércia.

Não se trata de criar exceções. Trata-se de construir exemplos.

Mais Algarve, melhor Portugal.